

UM QUILOMBO NA PAISAGEM URBANA DE SÃO PAULO: práticas comunicacionais e disputas pela memória no Bexiga¹

A QUILOMBO IN SÃO PAULO'S URBAN LANDSCAPE: communicational practices and disputes over memory in Bexiga

Dayana Karla Melo da Silva ²

Resumo: Este artigo analisa o Bexiga, na região central de São Paulo, como território negro historicamente constituído por processos de expropriação e permanência. A partir da emergência, em 2022, de vestígios arqueológicos associados ao Quilombo Saracura durante as obras da Linha 6 do metrô e da articulação da Mobilização Saracura/Vai-Vai, examinam-se as disputas em torno da memória, da nomeação e do reconhecimento racial e territorial. A análise baseia-se em uma cartografia relacional que articula redes digitais, ruas e ancestralidades, acompanhando as práticas comunicacionais por meio das quais o território é reinscrito no debate público. Argumenta-se que o Quilombo Saracura não se apresenta como vestígio residual do passado, mas como índice ativo de reconfiguração territorial no presente.

Palavras-Chave: Territórios negros. Tecnologias digitais. Memória.

Abstract: This article examines Bexiga, in downtown São Paulo, as a Black territory historically shaped by processes of expropriation and persistence. It focuses on the emergence, in 2022, of archaeological remains associated with the Saracura Quilombo during the construction of Metro Line 6 and on the actions of the Saracura/Vai-Vai Mobilization, analyzing disputes over memory, naming, and racial and territorial recognition. Grounded in a relational cartography that connects digital networks, streets, and ancestralities, the study traces communicational practices through which the territory is publicly reinscribed. It argues that the Saracura Quilombo should not be understood as a residual trace of the past, but as an active site of territorial reconfiguration in the present.

Keywords: Black territories. Digital networks. Memory.

1. Introdução

A produção da cidade moderna/colonial não se limita à ordenação de ruas, edifícios e infraestruturas, mas envolve a constituição de um regime violento de visibilidade e

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Doutora em Sociologia, dayanamelo@usp.br

invisibilidade, no qual certas presenças são celebradas e monumentalizadas enquanto outras são convertidas em ruído, desvio ou esquecimento. Em São Paulo, essa dinâmica atravessou, entre o final do século XIX e início do século XX, de modo particularmente incisivo as áreas centrais, onde intervenções sanitárias, reformas viárias e projetos ditos de modernização atuaram simultaneamente sobre a morfologia urbana e sobre o imaginário da cidade, reconfigurando tanto o espaço físico quanto os regimes de reconhecimento e pertencimento que o sustentam (Rolnik, 1997, 1989).

É nesse contexto que se insere o Bexiga. Recorrentemente narrado como reduto da imigração italiana e como enclave simbólico da italianidade paulistana, o bairro é também, desde o período escravista, território negro articulado a experiências quilombolas às margens do rio Saracura e a práticas culturais, intelectuais, religiosas e comunitárias que atravessaram sucessivos ciclos de expropriação e permanência. Contudo, essa dimensão constitutiva da formação do bairro foi progressivamente submetida a processos de apagamento historiográfico e de reordenamento espacial, deslocando para a superfície uma memória europeizada enquanto a presença afro-diaspórica permanecia inscrita nas dobras da paisagem, nos traçados irregulares, nos terreiros, nas ruas e nas práticas, mas raramente reconhecida como fundamento territorial (Castro, 2008; Lima, 2020; Lucena, 1984; Nascimento, 2015, 2016).

A emergência, em 2022, de vestígios arqueológicos associados ao Quilombo Saracura durante as obras da Linha 6 do metrô de São Paulo tensiona precisamente esse regime de invisibilidade ao deslocar a disputa para o plano da materialidade dos achados, os quais não apenas reafirma a historicidade da ocupação negra, mas altera os termos do debate público ao converter o que poderia permanecer como reivindicação historiográfica em evidência concreta inscrita na paisagem urbana (Carvalho; Bastos, 2024; Neres, 2023). A partir desse acontecimento, a Mobilização Saracura/Vai-Vai passa a se configurar como operador comunicacional central, articulando redes digitais, ações nas ruas e referências ancestrais na disputa pela nomeação, preservação e reconhecimento do território.

É nesse ponto que se situa a questão que orienta o presente artigo: de que modo práticas comunicacionais contemporâneas participam da reinscrição de territórios negros na paisagem urbana e nos regimes públicos de memória? Ou, mais especificamente, como redes digitais, performances situadas e referências ancestrais se articulam na produção de uma narrativa contra-hegemônica capaz de tensionar projetos técnicos e administrativos de cidade? Ao deslocar a análise do plano exclusivamente urbanístico para o plano da enunciação pública, o

artigo busca compreender o Bexiga não apenas como recorte geográfico, mas como território negro historicamente constituído por processos de despossessão e resistência.

A abordagem adotada inscreve-se em uma cartografia relacional que não toma o território como superfície estável, mas como campo em permanente produção, atravessado por materialidades, afetos, narrativas e mediações tecnológicas. O texto desenvolve-se, assim, com base na reconstrução histórica da presença negra no bairro e de seus apagamentos, da apresentação da perspectiva metodológica mobilizada e da análise das práticas comunicacionais que articulam redes e ruas na disputa pela memória.

2. Presença negra e apagamentos na formação do Bexiga

Localizado na região central da cidade de São Paulo, o Bexiga é um território de contornos reconhecíveis, porém não fixados. Do ponto de vista administrativo, a área integra o distrito da Bela Vista, denominação oficial instituída em 1910, em lugar de Bexiga, originado da antiga Chácara do Bexiga. No uso corrente, contudo, o nome Bexiga nunca foi apagado, permanecendo em circulação e aparecendo nas grafias Bexiga e Bixiga em diferentes fontes. A partir da década de 1970, a forma com i passou a ganhar maior centralidade nas representações públicas do bairro, difundida pelos meios de comunicação e por produções artísticas sob a justificativa de que essa grafia corresponderia à maneira como os imigrantes italianos pronunciavam o nome da região, contribuindo para a consolidação de uma narrativa hegemônica associada à italianidade (Castro, 2008; Scarlato, 1989).

Também não existe um consenso sobre a origem do nome Bexiga. Uma das versões mais recorrentes relaciona o topônimo ao apelido Antônio “Bexiga”, atribuído a Antônio Soares Calheiros e Abreu, proprietário da antiga chácara que ocupava a área até o século XIX, em alusão à varíola, então popularmente chamada de bexiga, e às marcas que a doença teria deixado em seu rosto. Outras versões relacionam a origem do nome às condições de uso do território no período. Uma delas sustenta que, por se tratar de uma área então mais afastada do núcleo urbano, a região teria sido utilizada como espaço de isolamento de pessoas escravizadas acometidas por varíola. Há ainda a interpretação segundo a qual a denominação estaria associada à atividade econômica do proprietário da chácara, que comercializaria bexigas de boi, prática lucrativa e comum na cidade de São Paulo naquele período (Borges, 2001; Castro, 2008; Lucena, 1984; Nascimento, 2016).

De acordo com o traçado histórico realizado por Nuto Sant’Anna (1937) e retomado por

Sheila Schneck (2016), data de 1794 o registro da compra, por Antônio Soares, “de uma chácara nesta cidade na paragem *Anhangabahú*, denominada vulgarmente Bexiga” (Sant’Anna apud Schneck, 2016, p. 64, grifo nosso). Documentos do período indicam ainda que Antônio “Bexiga” era proprietário das doze casas que compunham o Largo do Bexiga, residindo em uma delas, além de manter uma hospedaria na região, cuja existência é confirmada por um registro de Auguste de Saint-Hilaire durante sua primeira viagem a São Paulo, em 1819, quando pernitoou por algumas noites na “hospedaria de um tal de Bexiga, que possuía, dentro de São Paulo, vastas pastagens” (Saint-Hilaire apud Schneck, 2016, p. 42). Em 1878, há registro de uma nova venda da propriedade, ano em que também começam a circular os primeiros anúncios de venda de terrenos no Bexiga, indicando o início do parcelamento progressivo da região.

Porém, para além dos fatos oficialmente registrados, a constituição do território do Bexiga sempre esteve atrelada à presença negra e à sua importância na conformação social desse espaço, ainda que continuamente invisibilizada. Desde um período anterior à consolidação urbana da área, é possível encontrar alguns poucos e cruéis relatos acerca dessa presença, como o registro de Afonso A. de Freitas, datado da década de 1870, segundo o qual a chácara do Bexiga “possuía extensas plantações de jabuticabeiras, laranjeiras e capinzais, onde se caçavam veados, perdizes e até escravos fugitivos” (Freitas apud Nascimento, 2016, p. 109). Outro documento é um requerimento apresentado à Câmara Municipal de São Paulo no ano de 1831 solicitando “permissão para fechar os *logares* por onde passa o ribeiro do Bexiga, em cujas margens se *ocoutam* escravos fugidos, e ladrões” (AHSP, 1831, p. 26, grifos nossos). Já no início do século XX, a região do rio Saracura passa a ser pejorativamente nomeada como “pequena África”, conforme o texto abaixo, de cunho fortemente racista, publicado no jornal o Correio Paulistano em nove de outubro de 1907 (FIG. 1):

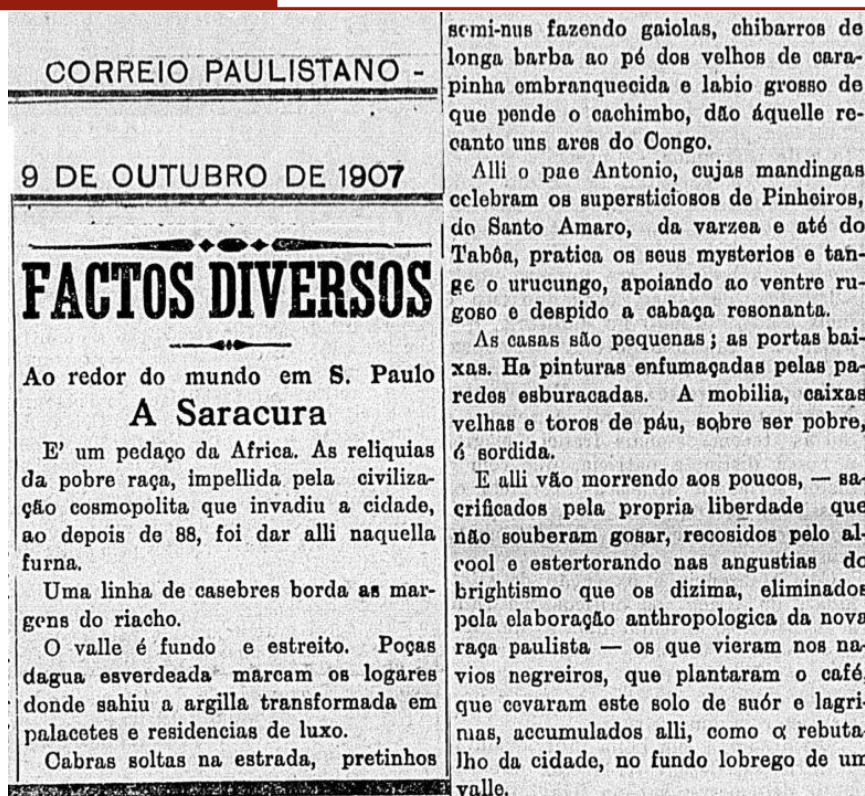


FIGURA 1 – Representação racista da região do Saracura no jornal *Correio Paulistano* (1907)
FONTE - CORREIO PAULISTANO, 9 out. 1907.

O fato é que, até meados do século XIX, a área era de mata fechada, com topografia irregular e alguns cursos de água, como os rios Anhangabaú, Bexiga e Saracura, de modo que esse território, que também carrega a memória e a presença indígena expropriada pela invasão e ocupação colonial, foi usado como esconderijo por negras e negros que lá se aquilombavam, muitos deles vindos do então Largo dos Piques, atual Praça da Bandeira, que funcionava como local de venda de pessoas escravizadas (Lucena, 1984). Tendo sido precisamente às margens do rio Saracura, do tupi *Sara'Kura*, em referência a uma ave que vivia na região, que se formou um dos mais importantes quilombos urbanos de que se tem registro, o Quilombo Saracura. Assim, muito antes da chegada dos imigrantes italianos e da construção de um imaginário brancocêntrico no/do Bexiga, esta era uma “área de ocupação antiga e historicamente demarcada pela existência de redutos de escravos fugidos, forros e africanos livres da época do Império, nos inícios do século” (Wissenbach, 1998, p. 115). O que fez e ainda faz do Bexiga um potente território negro.

Como nos mostra Raquel Rolnik (1989, p. 2), tais territórios têm o terreiro como elemento espacial fundamental na sua configuração: “são terreiros de samba, de candomblé,

de jongo que atravessam a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades”. Originado no próprio pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, o terreiro passa a ser este lugar de celebração e comunhão. Do mesmo modo, a rua também se constituía como terreiro dos escravizados, funcionando como espaço de circulação, encontro, trabalho, sociabilidade e prática cultural, ao lado de outros núcleos que estruturavam o território negro urbano, como os mercados e as irmandades religiosas.

A venda nas ruas estabelecia contatos, permitia a troca de informações e garantia a sobrevivência dos quilombos urbanos, lugares onde se acoitavam os escravos fugidos. Tais eram os campos do Bixiga, naquele momento Mata do Saracura, em cujo grotão se podia sobreviver de coleta – pesca de peixes e caranguejos de água doce, palmito e iguarias do sertão que circulavam nos tabuleiros (carás cozidos, pinhões quentes, ibás, cuscuz de bagre, jabuticabas, araçás, guabirobas, grumixamas, pitangas, cambucis) – ou venda de lenha. (Rolnik, Raquel, 1997, p. 62).

Ainda de acordo com Rolnik (1989), o Quilombo Saracura surgiu às margens do rio de mesmo nome, constituindo-se como um importante quilombo urbano que deu origem ao bairro do Bexiga. A autora observa também que, embora a maior parte da historiografia dos quilombos se concentre em experiências situadas em zonas rurais, à medida que se aproximava o fim do período escravista tornava-se mais frequente a presença de quilombos urbanos, organizados tanto em cômodos e casas coletivas no centro da cidade quanto em núcleos semirurais. Márcio Sampaio de Castro (2019) traz uma descrição igualmente interessante sobre esses quilombos, afirmando que “Localizados bem próximos das cidades, tinham casas de pau a pique, construídas com barro e pequenos troncos de árvores, bambus e cipós. Os casebres, plantados em clareiras na mata, eram rodeados pelas criações de cabras, galinhas, porcos e animais de estimação”, e complementa argumentando que, “Com o tempo, os quilombolas fizeram pequenas roças de milho e de mandioca, sem dúvida, um traço da influência indígena”.

Por meio da análise da cartografia-histórica da cidade de São Paulo, Alessandro Lopes de Lima (2020) buscou identificar, na paisagem do Bexiga, vestígios da população quilombola que ocupou as margens do Saracura entre os séculos XVIII e XIX, com atenção às permanências materiais na baixada do Saracura e à relação da antiga comunidade com o entorno. Mais do que simplesmente entender como estavam distribuídas as habitações e os artefatos, essa abordagem permitiu reconstruir como se davam os usos da água, da mata, da topografia e das rotas, bem como as interações sociais internas e externas à comunidade. A própria noção de território mobilizada por Lima converge no sentido de entendê-lo como o

resultado das interações humanidade-natureza, cujo traçado é plenamente reconstruível.

Isso indica que o Quilombo Saracura não deve ser compreendido apenas como um evento do passado, mas como um território materialmente inscrito na paisagem. Ainda que a ocupação negra não apareça explicitamente nomeada nos mapas analisados, foi possível identificar neles as marcas dessa população e as tentativas de apagá-la tanto do espaço urbano quanto da memória coletiva da cidade, perceptíveis nas sobreposições, rasuras e indefinições que atravessam o traçado da área da antiga comunidade da Saracura. É nessas distorções que a morfologia urbana se torna legível como arquivo, na persistência de antigos caminhos que resistem à organização regular das ruas, manifestando-se em traçados sinuosos, becos e irregularidades associadas à adaptação à topografia do vale. Como observa Lima (2020, p. 155), “Os antigos caminhos da Saracura aparecem como uma espécie de ‘ruído’ na malha ortogonal das ruas do bairro”, processo que se torna particularmente visível no chamado “Quadrilátero Negro” da Saracura (FIG. 2).

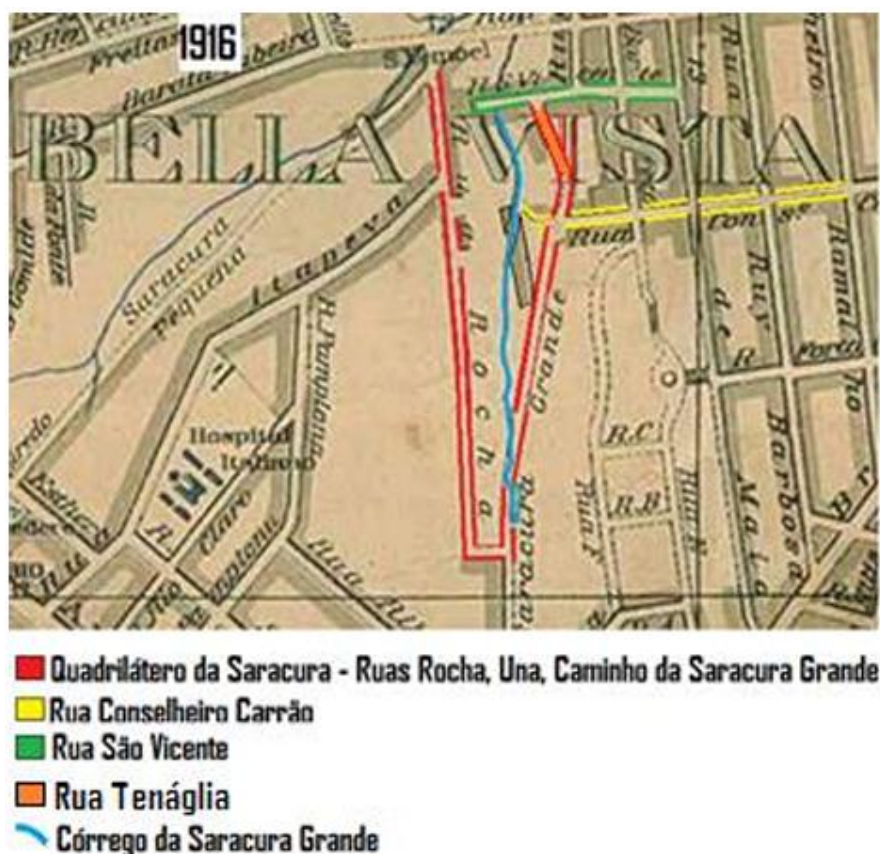


FIGURA 2 – Quadrilátero Negro da Saracura

FONTE - SISTEMA DE CONSULTA DO MAPA DIGITAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2018 apud LIMA, 2020, p. 165.

Não por acaso, esse gesto de apagamento inscrito nas formas oficiais/coloniais de representação do espaço aparece também no plano historiográfico, integrando um processo igualmente violento de redefinição territorial e racial da cidade. Como observa Schneck (2016), as referências historiográficas tradicionais à presença da população negra no bairro são escassas, quadro que dialoga com a análise de Rolnik (1999), segundo a qual, no período pós-abolição, os negros somem do cenário historiográfico e do espaço urbano. Trata-se de um período marcado pelo fortalecimento do discurso eugenista, pela consolidação das políticas de imigração europeia e por profundas transformações na forma urbana, em que intervenções sanitárias, reformas viárias e projetos de “modernização” passam a operar como mecanismos de despossessão e branqueamento territorial.

Contudo, a baixa valorização dos terrenos nas margens do córrego Saracura garantiu a permanência da população negra naquele entorno, dando início a um processo de divisão da região entre a área branca, mais alta, ocupada pelos imigrantes europeus e denominada Morro dos Ingleses, e a área negra, situada nas várzeas do Saracura. Mesmo após a canalização e o soterramento do córrego, nas primeiras décadas do século XX, e apesar das remoções daí decorrentes, a população negra manteve-se majoritariamente concentrada no Quadrilátero Negro, ao passo que as habitações em cortiços continuavam a se espalhar pelas ruas adjacentes. A esse núcleo somaram-se, ainda, contingentes negros expulsos dos cortiços e porões do antigo centro da cidade durante a gestão do prefeito Antônio Prado (1899-1911), bem como antigos escravizados vindos do interior do estado, que passaram a habitar o Bexiga tanto pela existência de um território negro preexistente quanto pela sua posição contígua às áreas de valorização então recentes, em especial o eixo da Avenida Paulista e seus casarões, onde se estruturava a demanda por mão de obra, indispensável à reprodução cotidiana de um ideal de cidade branca/racista, na qual a população negra restavam sobretudo o serviço doméstico e as ocupações mais penosas e mal remuneradas, uma vez que os imigrantes haviam sido incorporados às atividades mecânicas antes exercidas por libertos (Fernandes, 1989; Nascimento, 2016; Rolnik, 1997, 1989).

É fundamental enfatizar também que, ao lado dessas histórias de expropriação territorial e da força de trabalho, o território negro do Bexiga, mais especificamente o Quilombo Saracura, sempre foi um lugar de resistência e criação coletiva. Reconhecida como berço do samba de bumbo e do batuque em São Paulo, a região abrigou práticas como o samba de roda e os cordões

carnavalescos, que se tornaram expressões centrais da negritude paulistana no século XIX e início do século XX. É nesse contexto, em 1920, que se insere a emergência do cordão carnavalesco Vai-Vai, dando origem, cerca de uma década depois, à escola de samba de mesmo nome, cujo surgimento é associado ao antigo time de futebol da Saracura, o Cai-Cai, que já adotava as cores preta e branca, mais tarde consagradas pela escola (Castro, 2008; Lima, 2020; Lucena, 1984).

A partir da década de 1970, a Vai-Vai passa a ocupar um terreno de posse pública localizado precisamente no interior do Quadrilátero Negro, nas antigas margens do rio Saracura, onde os registros apontavam para a existência do Quilombo Saracura. À época, após sucessivos processos de expropriação, foi firmado com a prefeitura um acordo de concessão de uso do terreno por noventa anos, condicionado à formalização do cordão carnavalesco como “Grêmio Recreativo Cultural e Social Escola de Samba” e à restrição de suas atividades ao espaço da quadra, em uma explícita tentativa de regulação das práticas e dos corpos negros, que sempre encontrou forte resistência pelo grupo (Alexandre, 2021; Neres, 2023). Em entrevista concedida à pesquisadora Larissa Nascimento em 17 de julho de 2013, Dona Joana Barros, então coordenadora da Ala das Baianas da Vai-Vai e moradora do bairro, falecida em 2020, revela a tensão com moradores dos prédios vizinhos à escola: “Como eu não entendo também esse povo que chegou outro dia [...] chegaram outro dia, e aí fazem abaixo assinado, xingam, põem na internet, eu não entendo. Quando chegaram aqui já tinha a Vai-Vai. Antes não tinha prédio, não tinha nada, tinha um rio aqui no meio” (Barros, 2013 apud Nascimento, 2015, p. 40).

Em 2021, porém, sob o argumento da construção de uma estação da nova Linha 6–Laranja do metrô, instaura-se um novo ciclo de despossessão do território negro do Bexiga, não apenas pela saída da Vai-Vai – que, como nos ensina Beatriz Nascimento no documentário *Ori*, constitui “uma manifestação de civilização Bantu em São Paulo, você pode perceber isso pela estrutura do tipo de cordão tradicional [...] você pode perceber isso na batida da bateria, no espírito e até no tipo físico dos componentes” –, mas por atingir o Quadrilátero Negro em seu conjunto. A demolição da sede da escola ocorreu poucos meses depois de comemorada sua volta ao grupo especial e em meio ao contexto da pandemia de Covid-19, o que dificultou a construção de uma mobilização comunitária mais ampla naquele momento, sendo acompanhada da eliminação de importantes referências religiosas, como os assentamentos dos orixás e a célebre encruzilhada da Vai-Vai, local de oferendas e rituais dedicados a Exu, bem

como do enfraquecimento de vínculos históricos com outros espaços religiosos do Bexiga, em especial o terreiro de Candomblé Ilé Asé Iyá Osun, situado na borda do Quadrilátero Negro (Alexandre, 2021; Neres, 2023).

Mas foi precisamente no interior das escavações destinadas à implantação da nova estação, em abril de 2022, que vieram à tona os vestígios materiais da antiga ocupação negra na baixada do Saracura, abrindo uma nova frente de luta pela preservação desses vestígios e da memória negra do Bexiga. Se, por décadas, o Quilombo Saracura permanecera circunscrito às rasuras da cartografia urbana e às margens da historiografia oficial, agora fragmentos concretos tornavam visível aquilo que os mapas e as narrativas hegemônicas tentaram apagar. Conforme destacam Patrícia Marinho Carvalho e Rossano Lopes Bastos (2024), mesmo na documentação de abertura do processo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (nº 01506.005549/2014-76), que dispensou os estudos arqueológicos, a referência ao quilombo aparece de modo breve, limitada à informação de que “o local era utilizado como esconderijo de escravos fugidos”, com remissão ao registro de 1831 acerca do pedido de fechamento do córrego do Anhangabaú (Marzola, 1985 apud A Lasca, 2022, p. 78), sem que essa presença fosse então tematizada em sua densidade histórica e territorial.

A denúncia da descoberta dos vestígios mobilizou rapidamente diferentes atores, que passaram a se articular em torno da defesa do sítio e da memória ali implicada, dando origem ao que veio a ser denominado Mobilização Saracura/Vai-Vai. Essa articulação agregou moradores do Bexiga, coletivos culturais, pesquisadores de distintas áreas, instituições locais e apoiadores externos, conformando uma rede heterogênea que passou a intervir publicamente no debate sobre os rumos da obra e sobre o reconhecimento histórico do território, compreendido como “uma das descobertas arqueológicas mais relevantes sobre o passado da população negra de São Paulo” (Carvalho; Bastos, 2024, p. 84).

Observamos, assim, que a formação do Bexiga pode ser caracterizada por sucessivos processos de despossessão e reconfiguração territorial, mas também por formas persistentes de permanência e reorganização coletiva. A emergência dos vestígios do Quilombo Saracura e da Mobilização Saracura/Vai-Vai torna ainda mais visível que o território negro ali constituído jamais se limitou a um traço residual na formação urbana, mas permaneceu como campo ativo de relações e disputas. O Bexiga revela-se, assim, menos como recorte espacial fixo e mais como trama relacional em constante atualização. Compreender esse processo exige deslocar o olhar do território como superfície delimitada para o território como rede articulada a outras

redes – inclusive as digitais – nas quais as narrativas são igualmente construídas, tensionadas e disputadas.

3. Uma cartografia de redes, ruas e ancestralidades

Além de uma revisão bibliográfica que abarca desde as origens do bairro até os dias atuais, analisando trabalhos que tratam da formação urbana do Bexiga, da presença negra na região e das dinâmicas de expropriação e persistência de corpos e territórios afro-diaspóricos, a pesquisa também tem como proposta metodológica a elaboração de uma cartografia que articula redes, ruas e ancestralidades, tornando legíveis as conexões entre práticas comunicacionais, inscrições espaciais e regimes de memória que conformam, em tensão, a paisagem urbana e as narrativas que a atravessam.

Trata-se de uma abordagem relacional, e não representacional, que se afirma como um modo de aproximação, e não como uma ferramenta neutra de estabilização. Mais do que um procedimento técnico, a metodologia assume um estatuto epistemológico ao partir do entendimento de que o espaço urbano é continuamente produzido por múltiplas dimensões materiais e imateriais, atravessadas por relações histórico-coloniais de poder. Cartografar, nesse contexto, implica acompanhar modos específicos de enunciação pública desse espaço, sem pressupor sua totalidade, imergindo tanto no território físico/geográfico quanto no território digital-informacional a fim de traçar diferentes camadas e marcas de um mesmo fenômeno.

As redes, na pesquisa, referem-se aos circuitos comunicacionais que conectam ações locais, narrativas públicas e formas de mobilização que são, ao mesmo tempo, situadas e tecnologicamente mediadas, reconfigurando escalas e visibilidades. As ruas, por sua vez, são compreendidas não apenas como infraestrutura urbana, mas como espaços de enunciação simbólica e performativa nos quais se materializam práticas culturais, celebrações religiosas, ensaios de samba, festas e rituais, bem como protestos, manifestações políticas e conflitos decorrentes da especulação imobiliária e das intervenções urbanísticas. Já as ancestralidades dizem respeito às temporalidades profundas e não lineares que atravessam o território, evidenciando como determinadas formas de sociabilidade, religiosidade e organização comunitária persistem como repertórios vivos e permitindo compreender o território não apenas como espaço físico delimitado, mas como campo de transmissão de saberes, afetos e cosmologias que resistiram e ainda resistem às tentativas reiteradas de apagamento.

É importante ressaltar, contudo, que esses domínios, embora distintos no plano analítico, não se apresentam em campo como compartimentos isoláveis, mas se enredam e se contaminam mutuamente. Aquilo que ganha forma nas redes frequentemente se ancora em cenas, trajetos e encontros que têm lugar nas ruas, convertendo experiências situadas em enunciados circuláveis, ao passo que aquilo que se faz rua é muitas vezes previamente convocado, enquadrado ou amplificado por fluxos digitais que alteram a escala e o alcance do que ali ocorre, enquanto a ancestralidade emerge como força de permanência e atualização, inscrevendo-se no espaço, na linguagem e nos corpos e tensionando continuamente o presente, de modo que é a partir dessas idas e vindas, dessas conversões e retornos, que a cartografia se desenha.

Suely Rolnik (2014, p. 23), no que chama de uma definição provisória de cartografia, nos lembra que, no campo da geografia, cartografar não se confunde com a produção de um mapa entendido como “representação de um todo estático”. A cartografia, nesse sentido, diz respeito a um desenho em processo, ela “acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”. Trata-se de um modo de apreender paisagens em movimento, incluindo não apenas configurações espaciais materiais, mas também paisagens psicossociais, afetivas e simbólicas.

Cartografar implica, assim, acompanhar processos de desmanchamento e formação de mundos, em contextos nos quais os universos de referência vigentes tornam-se insuficientes ou obsoletos para expressar afetos e experiências contemporâneas. A cartografia não visa fixar formas, mas acompanhar a emergência de novos arranjos, novas sensibilidades e outros modos de existência que se produzem no próprio curso dessas transformações. É tarefa do cartógrafo, portanto:

[...] dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago. (Rolnik, Suely, 2014, p. 23).

Importa, aqui, deslocar esse gesto para o plano histórico-colonial-racial-territorial no qual a experiência se constitui sob condições materiais e simbólicas marcadas por assimetrias de poder. Nesse plano, o território se impõe como condição de existência e de reconhecimento coletivo, como observa Muniz Sodré (2002, p. 15) ao afirmar que “O território aparece, assim, como um dado necessário à formação da identidade grupal/individual, ao reconhecimento de

si por outros”. Ainda quando submetido a projetos de exploração, o território não se esgota na lógica que o captura. Ele preserva marcas próprias, elabora respostas e pode, com base em sua própria dinâmica cultural, tensionar ou reconfigurar as regras que visam enquadrá-lo.

E é aí que o terreiro se apresenta como território negro por excelência, matriz de territorialidades singulares, caracterizadas não apenas como formas de ocupação do espaço, mas modos de produzir presença e continuidade. Sodré (2002, p. 20, grifo do autor) sublinha que “o *terreiro* (de candomblé) afigura-se como a forma social negro-brasileira por excelência, porque além da diversidade existencial e cultural que engendra, é um lugar originário da força ou potência social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais”. O terreiro é, portanto, instância de organização da vida comum, de elaboração simbólica e de ativação de uma potência coletiva em face da violência física, psíquica e epistêmica.

Ao mesmo tempo, como sugerem Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018), a noção de terreiro excede sua leitura como espaço circunscrito às expressões de culto religioso, afirmando-se como forma ampliada de articulação entre vida de todos os dias, saber e prática. Como escrevem os autores, “O terreiro que propomos pensar problematiza a supremacia do conceito de terreiro vinculado estritamente às práticas consideradas religiosas, como também problematiza a dicotomia e a categorização dos aspectos considerados como sagrados e profanos” (Simas; Rufino, 2018, p. 43). Isso desestabiliza a própria arquitetura conceitual moderna – sempre linear e dicotômica em sua simplicidade que se pretende verdade universal – ao focar o terreiro como matriz de pensamento e produção de mundos outros, circulares e plurais.

Assim, se o território é compreendido como condição de formação de identidade e de reconhecimento, e o terreiro como forma de organização coletiva criadora e potencializadora de vínculos, sentidos, fazeres e saberes, ambos podem ser tomados, nesta pesquisa, como chave metodológica e epistemológica para compreender certos modos de produção do espaço enquanto dispositivos de organização social e simbólica. É a partir dessa compreensão que a cartografia proposta se orienta: buscar, no território pesquisado, os arranjos sociotécnicos pelos quais essas formas se estruturam, se articulam e se reconfiguram ao longo do tempo.

No interior dessa perspectiva, o Bexiga é tomado como território negro e, ao mesmo tempo, como terreiro em sentido ampliado, igualmente composto por outros terreiros, como a antiga quadra da escola de samba Vai-Vai e o terreiro de Candomblé Ilé Asé Iyá Osun (Casa de Poder da Mãe Oxum). Também as ruas do bairro são compreendidas como território negro

e terreiros pelos quais pessoas circulam, com seus corpos, falas, danças, músicas, ritualidades, histórias, narrativas, imaginários, subjetividades e epistemes, excedendo a materialidade da infraestrutura urbana.

Em diálogo com Sodré (2002), a rua não é pensada apenas como cenário ou suporte dessas práticas, mas como dimensão constitutiva da vida cotidiana. Não podendo ser totalmente regulada, fechada ou funcional, ela é atravessada por encontros imprevisíveis, por usos não previstos, por improvisação, sendo essa indeterminação a condição do jogo, e o jogo, por sua vez, a matriz da criatividade. A rua é fértil porque nela as normas são tensionadas e os símbolos emergem do cotidiano. Ela institui canais de comunicação não linguísticos, corpo, ritmo, presença, olhar, sonoridade. É comunicação incorporada na qual o simbólico circula, irradia, contagia, legitimando, metodologicamente, a observação de efeitos difusos, não apenas estruturas formais.

A rua, por sua vez, enquanto lugar de indeterminações, é também fundamental aos impulsos de criatividade pelo jogo. Isto sempre foi percebido por certas instituições dirigentes, avessas ao espírito livre das ruas [...] Essa “rua” tão temida pelo universo da produção é o espaço de proximidade entre vida cotidiana e produção simbólica, lugar de uma atmosfera emocional ou afetiva - *ethos*, costumam dizer os antropólogos - que institui canais especialíssimos, não-linguísticos, de comunicação. O território torna-se continente de uma densidade simbólica, assimilável não pela racionalidade conceitual, mas sinesteticamente, com corpo e espírito integrados numa atenção participante. Neste contexto, muitas vezes o indivíduo não participa diretamente de um grupo criativo, mas ainda assim é atravessado por suas irradiações de sentido, sua força, podendo ser também conduzido à mesma impulsão de jogo. (Sodré, 2002, p. 161–162, grifo do autor).

Esses núcleos são considerados, no desenho da pesquisa, como recortes empíricos com base nos quais se examinam permanências, deslocamentos e reconfigurações nas redes e nas ruas. É nessa chave que a ancestralidade também se afirma como presença incorporada, atualizada em práticas e saberes que sustentam formas de contestação e resistência no espaço urbano e em uma relação não ocidental/eurocêntrica com o tempo e a memória, sendo esta última compreendida em seu sentido corporal, ritualístico, performático e sensorial. Nesse sentido, como nos convida a pensar Achille Mbembe (2017, p. 251), “a relação entre o presente, o passado e o futuro não é nem da ordem da continuidade nem da ordem da genealogia, mas da do encadeamento de séries temporais praticamente dissociadas, ligadas umas às outras por uma multiplicidade de fios ténues”.

É nesse horizonte que a cartografia se efetiva enquanto acompanhamento situado das enunciações públicas e das práticas por meio das quais o território se reinscreve e se disputa, tomando os registros, convocações, imagens e narrativas produzidos pelo coletivo não como

meros conteúdos digitais, mas como pontos de condensação nos quais redes e ruas se atravessam e se reconfiguram, fazendo emergir, em chave ancestral, disputas por memória, presença e reconhecimento.

4. Quilombo Saracura e mobilização Saracura/Vai-Vai: vestígios e permanências

Entre os vestígios arqueológicos encontrados durante as obras de implantação da Linha 6 do metrô da cidade de São Paulo, no local da antiga sede da Escola de Samba Vai-Vai, estão cerâmicas, louças, vidros, metais, ossos de animais e materiais de couro e madeira que datam do final do século XIX e início do século XX, período de ocupação do Quilombo Urbano da Saracura. Com a identificação do Sítio Arqueológico Saracura, 153 entidades se reúnem para assinar o manifesto intitulado “Sankofa: Metrô no Bixiga é Saracura/Vai-Vai!” e criar o movimento Mobiliza Saracura/Vai-Vai. É nessa articulação coletiva, nas formas pelas quais se organiza, se enuncia e disputa publicamente narrativas, sentidos, memória e território, que a cartografia aqui proposta se concentra, tomando a mobilização como ponto de observação privilegiado para compreender as permanências negras no Bexiga, seja nas ruas, seja nas redes digitais.

Os vestígios aparecem, assim, como contra-arquivos daquilo que já se sabia estar ali, mas cuja existência foi inicialmente ignorada nos procedimentos de licenciamento e planejamento da obra. Na condição de acontecimento, sua materialidade altera os termos do debate, convertendo o que poderia permanecer apenas como reivindicação histórica em evidência concreta inscrita no solo urbano. Como afirma o Mobiliza Saracura/Vai-Vai em seu manifesto:

Agora que a existência deste patrimônio veio à tona, não podemos permitir que nossa história seja mais uma vez escondida. É preciso respeitar o direito de nossas crianças, jovens e adultos conhecerem o seu passado. Resgatar aos idosos os direitos que lhes foram tirados. Assegurar a preservação e o repasse cultural e educacional dos importantes momentos de nossa comunidade. É hora de devolver às gerações de descendentes negros do bairro seus direitos à memória, à terra e à presença neste solo. (Mobiliza Saracura/Vai-Vai, 2022).

Compõem o documento reivindicações como a interrupção das obras até que fosse garantida a preservação do sítio sem a remoção dos achados, a renomeação da estação de “14 Bis” para “Saracura/Vai-Vai” e a construção de uma política de educação patrimonial regular e permanente vinculada ao local. A primeira foi atendida apenas parcialmente, com a suspensão temporária das escavações após a descoberta dos vestígios e posterior autorização mediante salvamento arqueológico, que prevê registro técnico, retirada, armazenamento, estudo e futura exposição pública dos materiais encontrados, e não sua manutenção integral *in situ*. A segunda

também foi acolhida de forma parcial, com a adoção oficial do nome “14 Bis–Saracura”, em junho de 2024, sem a inclusão da referência à Vai-Vai. No que se refere à política de educação patrimonial, o movimento não apenas reivindicou sua criação, mas elaborou um programa comunitário específico para o sítio, com diretrizes e propostas de atuação vinculadas ao território, permanecendo, contudo, em aberto sua incorporação como política pública estruturada e permanente (Mobiliza Saracura/Vai-Vai, 2023).

Partindo da articulação coletiva para os modos de circulação dessa articulação, observamos como a mobilização também ganha forma nas redes sociais digitais, desenhando outros percursos de enunciação e novas escalas de visibilidade na produção de uma narrativa de cidade contra-hegemônica e contra-colonial. Ao acompanhar a sequência de postagens, com imagens, vídeos, textos, sons e *hashtags*, percebe-se a formação de um campo progressivamente intensificado, no qual certos enunciados deixam de ser episódicos e passam a orientar a disputa, ainda que inscritos em dispositivos cuja arquitetura algorítmica condiciona ritmos, alcances e formas de reconhecimento, operando sob racionalidades igualmente coloniais.

Essa dinâmica torna-se particularmente visível no perfil oficial da mobilização no Instagram. Ali, a Mobilização Saracura/Vai-Vai mantém um de seus principais espaços de articulação pública, reunindo atualmente cerca de 11,1 mil seguidores. Na descrição do perfil, o grupo se apresenta como uma comunidade “Em defesa do legado do Quilombo Saracura e preservação do sítio arqueológico na linha 6 do metrô, no Bixiga” (FIG. 3), síntese que já condensa os eixos centrais da disputa: legado, quilombo, preservação e território. O logotipo, com a figura da Sankofa sobre fundo laranja, inscreve visualmente essa orientação temporal. O ideograma Adinkra da cultura Akan, cuja tradução corrente é “voltar para buscar”, ativa uma gramática temporal que articula passado e futuro como dimensões inseparáveis da ação política no presente. Não se trata apenas de uma marca gráfica, mas de um operador simbólico que orienta o modo como o conflito é publicamente formulado, apresentando o sítio arqueológico não como resíduo do passado, mas como herança ativa que interpela a cidade contemporânea.



FIGURA 3 – Perfil oficial da Mobilização Saracura/Vai-Vai no Instagram
 FONTE - @estacaosaracuravaivai, 2022.

Foi nessa plataforma que circularam tanto o Manifesto Saracura/Vai-Vai quanto o Projeto de Educação Patrimonial para o Sítio Arqueológico do Quilombo do Saracura, bem como os chamamentos para reuniões e construção coletiva desses documentos, além de notas públicas, convocações para audiências e atos, atualizações sobre o andamento das negociações com os órgãos responsáveis. A atuação na rede não se limita, contudo, à divulgação de informações, mas participa da própria definição pública do conflito. Ao nomear os vestígios como parte do Quilombo Saracura e ao insistir na expressão “legado” para se referir ao território, a mobilização desloca o enquadramento técnico da obra para o plano da memória e do reconhecimento histórico. As postagens organizam um vocabulário recorrente – quilombo, apagamento, preservação, patrimônio negro – que passa a circular também em matérias

jornalísticas e pronunciamentos institucionais, ampliando o alcance da pauta. A rede, nesse sentido, reconfigura a escala da disputa: aquilo que poderia permanecer restrito ao canteiro de obras e às instâncias administrativas passa a integrar um debate mais amplo sobre racismo, direito à memória e políticas de patrimônio na cidade. O que se observa é menos uma simples presença digital e mais um processo de produção de narrativa, por meio do qual o território se reinscreve no espaço público e reorganiza os termos da disputa pública.

A circulação digital da mobilização torna-se visível a partir de 19 de junho de 2022, com uma publicação no Instagram sobre a delimitação do sítio arqueológico identificado nas obras da Linha 6 (FIG. 4). Poucos dias antes, em 13 de junho, reportagem do site Guia Negro já chamava atenção para os vestígios encontrados, funcionando como gatilho inicial de visibilidade pública³. Em 20 de junho, o grupo se reúne para redigir o manifesto, que seria divulgado nas redes em 25 de junho, consolidando um primeiro enquadramento político da descoberta. Em 24 de junho ocorre a primeira panfletagem nas ruas, convocando para o ato do dia 2 de julho, às 10h, em frente ao canteiro de obras, enquanto no dia 30 de junho, às 20h, organiza-se um tuitaço “contra o apagamento da memória negra do Bixiga”, sob a hashtag *#EstaçãoSaracuraVaiVai*.

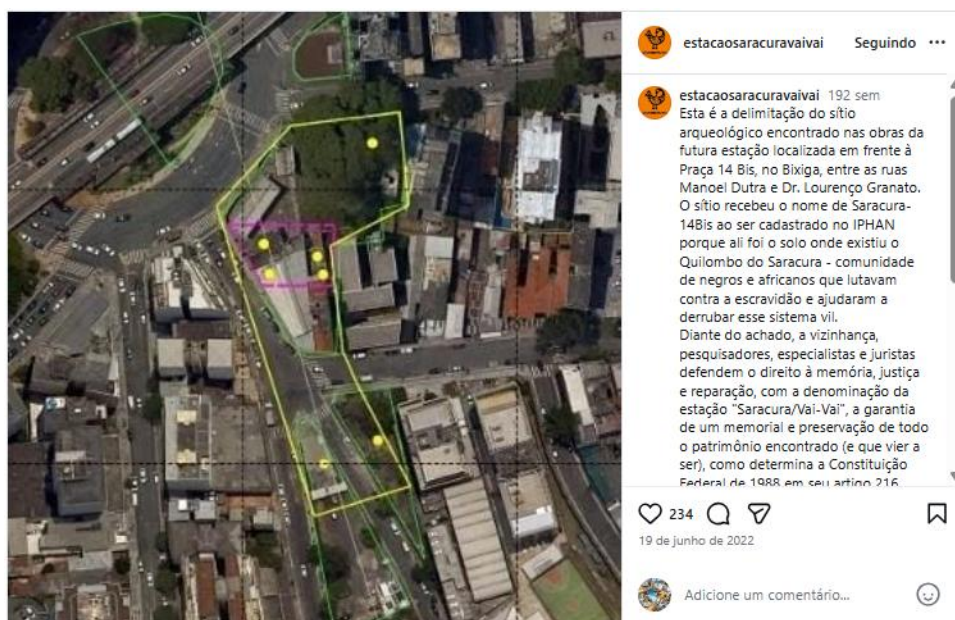


FIGURA 4 – Primeira publicação no Instagram sobre a delimitação do Sítio Arqueológico Saracura

FONTE - @estacaosaracuravai, 2022.

³ Disponível em: <https://guianegro.com.br/sitio-arqueologico-e-encontrado-no-bixiga-em-construcao-do-metro-em-sp/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

Esse conjunto de ações faz emergir um primeiro arranjo discursivo reconhecível. O sítio passa a ser nomeado reiteradamente como Quilombo Saracura, a estação é reivindicada como Saracura/Vai-Vai e a preservação passa a ser associada ao direito à memória negra da cidade. O ato de 2 de julho de 2022 reúne centenas de pessoas “em defesa da preservação do sítio arqueológico do Saracura, da estação Saracura/Vai-Vai e de um projeto educacional que garanta à população de São Paulo e do Brasil conhecer a origem negra do Bixiga” (FIG. 5). Ao mesmo tempo, a visita técnica de arqueólogos ligados ao grupo ao canteiro de obras é incorporada à narrativa pública, reforçando a dimensão também material da reivindicação.



FIGURA 5 – Ato público em defesa do Sítio Arqueológico Saracura
FONTE - MOBILIZAÇÃO SARACURA/VAI-VAI.

Nos anos seguintes, novos achados arqueológicos adensam as interpretações sobre o território. Em 22 de outubro de 2024, o perfil registra a recorrência de objetos associados a ritos de religiões de matriz africana encontrados no sítio, como conchas, cachimbos e esculturas metálicas que remetem ao orixá Exu, além de um fio de contas depositado no solo junto a materiais identificados pela equipe arqueológica como vinculados a práticas religiosas afrodiaspóricas. Parte desses elementos é apontada por autoridades religiosas como comum ao período escravista. O volume e a forma de deposição desses objetos passam a sustentar a

hipótese da existência, no local, de um possível espaço de práticas religiosas de matriz africana, no contexto do Quilombo e até o início do processo de urbanização da área.

A sequência de postagens, de 2022 até os dias atuais, revela a continuidade do acompanhamento do sítio, mantendo ativa a disputa em torno da sua nomeação, preservação e reconhecimento. Ao mesmo tempo, a acumulação de registros imagéticos, sonoros, audiovisuais e textuais compõe um arquivo digital do fenômeno, inscrevendo-se como memória pública do processo. Esse arquivo não se organiza como relato linear, mas como sedimentação de camadas, na qual cada publicação acrescenta um fragmento, cada atualização reinscreve o acontecimento em novas circunstâncias, cada comentário reabre a disputa sob outros ângulos. Assim, ao mesmo tempo em que o conflito é constantemente reinscrito e ampliado, consolida-se um fio condutor que estabiliza certos entendimentos e nomeações, como a própria invocação ao Quilombo Saracura, orientando a leitura pública dos acontecimentos.

Tudo isso se dá também de modo imbricado ao território físico/geográfico do Bexiga e da cidade como um todo. O que acontece nas ruas e redes urbanas retorna às redes digitais, produzindo um circuito contínuo entre presença física e tecnológica, sem que isso implique pensá-las como duas esferas separadas, mas como parte de um mesmo processo: a rede convoca a rua e a rua amplia a rede, fazendo com que chamadas digitais se convertam em presença territorial, e essa presença, ao retornar sob a forma de fotografia, vídeos e relatos, reforce e expanda o entendimento do próprio território.

Entre as ações acompanhadas ao longo desse processo estão caminhadas pelas ruas do bairro, rodas de conversa, oficinas, ciclos de debates, exposições artísticas, projeções em fachadas, colagens de lambes, entre outras iniciativas formativas e experiências imersivas que ativam o território e o articulam à memória negra do Bexiga e ao Quilombo Saracura. Distribuídas em ruas, praças, feiras, sambas, espaços culturais e equipamentos públicos, essas ações fazem com que o próprio território passe a ser atravessado por camadas de sentido que se sobrepõem à sua funcionalidade ordinária, podendo igualmente ser percebido não apenas como referência histórica, mas como espaço percorrido, habitado e ressignificado (FIG. 6).



FIGURA 6 – Roda de conversa no Bexiga
FONTE - MOBILIZAÇÃO SARACURA/VAI-VAI.

Aquilo que circula nas redes digitais aponta, enfim, para um espaço concreto, historicamente marcado por tentativas de apagamento e lutas por permanência, convertendo-se em plano material de um conflito simultaneamente urbano, racial e epistemológico. Esse conflito, contudo, não se restringe ao presente da obra ou da mobilização, ele explicita a emergência do território como campo de temporalidades sobrepostas, tornadas visíveis, na cartografia, com base nas ações do Mobiliza Saracura/Vai-Vai. Ao seguir esses fios – ora visíveis, ora tênues – que articulam ações no espaço urbano e suas reverberações em rede, buscamos traçar de que modo práticas comunicacionais, inscrições espaciais e regimes de memória se articulam sem se resolver em continuidade linear, compondo, em tensão, as formas pelas quais o Bexiga é narrado, habitado e disputado como território negro e terreiro.

5. Considerações finais

Ao longo deste texto, buscamos apresentar o Bexiga como território negro historicamente constituído por processos de despossessão e resistência. A reconstrução da formação do bairro evidenciou como a presença negra, fundante desde os redutos quilombolas da Saracura, foi progressivamente invisibilizada por narrativas hegemônicas que associaram o lugar à

italianidade, ao mesmo tempo em que intervenções urbanas operaram como dispositivos de redefinição territorial e racial do espaço. Contudo, tais processos não foram capazes de eliminar as marcas inscritas na morfologia urbana, nas práticas culturais, nos terreiros, nas ruas, recentemente materializadas também nos vestígios arqueológicos trazidos à luz pelas escavações da Linha 6 do metrô de São Paulo. A Mobilização Saracura/Vai-Vai, nesse contexto, atua como operador comunicacional que reorganiza simbolicamente as camadas do território, reinscrevendo o Quilombo Saracura no debate público e deslocando o conflito do plano técnico-administrativo para o plano da memória, do reconhecimento e da justiça racial.

Nesse sentido, a cartografia proposta não se limitou a acompanhar os fluxos ou transformações abstratas da paisagem, mas as condições histórico-coloniais-raciais que estruturam a produção do espaço urbano. Se, como lembra Suely Rolnik (2014), cartografar implica acompanhar movimentos de formação e desmanchamento de mundos, aqui tal acompanhamento se fez tendo como base um território marcado por assimetrias de poder materiais e simbólicas que não podem ser dissolvidas em uma ontologia indiferenciada do processo. Cartografar o Bexiga, portanto, significou acompanhar enunciações públicas situadas nas redes digitais, nas ruas e nos terreiros, tornando visíveis as tensões entre projetos modernos de cidade e formas de existência afro-diaspóricas. Ao deslocar a cartografia para esse plano, reinscrevendo-a no debate sobre colonialidade, território negro e regimes de visibilidade, a metodologia igualmente afirmou-se como gesto epistemológico situado.

É nesse horizonte que o território emerge, ao final, não como superfície estável ou suporte neutro das ações, mas como campo comunicacional racializado no qual memória, materialidade e narrativa se co-produzem. Em diálogo com Muniz Sodré (2002), pode-se dizer que o território aparece como condição de reconhecimento coletivo. No entanto, no caso do Bexiga, tal reconhecimento é continuamente tensionado por forças que ora o capturam, ora o reinscrevem. As redes digitais, longe de constituírem uma esfera apartada do espaço urbano, ampliam e reconfiguram a escala dessas disputas, convertendo a rua em imagem, a imagem em arquivo, o arquivo em argumento público, num circuito contínuo entre presença física e circulação informacional. Assim, compreender o Bexiga como território e como terreiro, em sentido ampliado, implica reconhecer que a cidade é também campo de enunciação racial, no qual práticas comunicacionais atuam na produção – e na contestação – dos regimes que definem quem pertence, quem permanece e quem pode ser lembrado. O Quilombo Saracura, reinscrito no debate público por meio da mobilização, não se apresenta apenas como vestígio do passado,

mas como índice de que o território negro persiste enquanto prática, enquanto linguagem e enquanto episteme.

Referências

- A LASCA. **Programa de arqueologia preventiva da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo**. São Paulo, 2022.
- AHSP. ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO (AHSP). **Atas da Câmara Municipal de São Paulo**. 3ª sessão ordinária, 9 maio 1831. v. 26, p. 62.
- ALEXANDRE, Claudia. **Orixás no terreiro sagrado do samba**. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2021.
- BORGES, Rosângela. **Axé, Madona Achiropita. Presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da igreja de Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.
- CARVALHO, Patricia Marinho; BASTOS, Rossano Lopes. Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: a insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, vol. 37, nº 2, p. 81–101, 2024.
- CASTRO, Márcio Sampaio de. Quilombos urbanos: os focos de resistência na luta abolicionista. 2019. **Aventuras na História**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/quilombos-urbanos-os-focos-de-resistencia-na-luta-abolicionista.phtml>. Acesso em: 26 jan. 2026.
- CASTRO, Márcio Sampaio. **Bexiga: um bairro afro-italiano**. São Paulo: Annablume, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1989.
- LIMA, Alessandro Lopes de Luís. Vestígios de um quilombo paulistano: uma análise da paisagem arqueológica do bairro do Bixiga. **Argumentos**, vol. 17, nº 1, p. 153–177, 2020.
- LUCENA, Célia Toledo. **Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MOBILIZA SARACURA/VAI-VAI. **Projeto de Educação Patrimonial para o Sítio Arqueológico Saracura/14 Bis - Quilombo do Saracura**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QDw2O-ymY_7mvtjiNFPZwWQo-rxkvmcD/view. Acesso em: 21 jan. 2026.
- MOBILIZA SARACURA/VAI-VAI. **Sankofa: Metrô no Bixiga é Saracura/Vai-Vai!** São Paulo, 2023. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1QH7moE_U_zba_SQcMBTaKeGXHgNBgLxuzmCoVJRS5qo/edit?tab=t_0. Acesso em: 21 jan. 2026.
- NASCIMENTO, Larissa. “Lembrança eu tenho da Saracura”: Notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. **Revista Intratextos**, vol. 6, nº 1, p. 25–50, 2015.
- NASCIMENTO, Larissa. No Bixiga nem tudo é italiano: relatos de vivência sobre um bairro da região central em São Paulo. **Pensando Áfricas e suas diásporas**, vol. 1, nº 1, p. 104–118, 2016.
- NERES, Felipe. Processos de despossessão no território negro do samba: o Vai-Vai do Bixiga. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 20., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: ENANPUR, 2023. p. 1–20.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 17, p. 1–17, 1989.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, vol. 18, p. 135–154, 1999.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Ed. UFRGS Editora Sulina, 2014.

SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo histórico (aspectos, lendas e costumes)**. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1937.

SCARLATO, Francisco Capuano. Bixiga: uma ideologia geográfica. **Boletim Paulista de Geografia**, vol. 67, p. 27–36, 1989.

SCHNECK, Sheila. **Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

WISSENBACH, Maria C. Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Ática, 1998.